



Anexo

## ANEXO I

### ***CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO***

1.1. Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura, especializada em decoração, para fornecimento de materiais, em regime de locação, e mão de obra para instalação de decoração natalina na fachada do TRE/MS, conforme projeto executivo e memorial descritivo.

Item	Descrição	Quantidade	Valor máximo estimado total
01	Locação de Decoração Natalina, com instalação, manutenção e desinstalação	01	<b>R\$ 101.666,67</b>
Intervalo mínimo entre os lances			R\$ 20,00
CATSER			17019

1.2. A contratada deverá realizar a montagem, manutenção (preventiva e corretiva) e desmontagem de decoração natalina.

1.3. Os materiais e equipamentos utilizados serão fornecidos em forma de locação, e no final do prazo de desmontagem deverão ser retirados e transportados pela contratada.

1.4. A contratada deverá obedecer os seguintes prazos:

1.4.1. Finalização da instalação, com toda a decoração funcionando integralmente: **até 01/11/2024;**

1.4.2. Desmontagem e transporte dos materiais utilizados: **de 13 a 17/01/2025.**

1.5. A vigência do contrato será de 01 (um) ano, contado da última assinatura eletrônica do contrato, podendo ser extinta, antes do prazo, após a execução total do objeto.

1.5.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/PRE/DG/GABDG nº 131/2023.

1.7. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá deste último.

### ***CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO***

2.1. Como é de praxe nos demais órgãos públicos localizados no Parque dos Poderes, nesta capital, na época de comemorações das festas de fim de ano, os prédios são enfeitados com decorações natalinas. Sendo assim, a necessidade de implementarmos tais instalações neste imóvel a fim de harmonização com os demais órgãos públicos vizinhos.

2.2. O objeto da contratação foi incluído no Plano de Contratação Anual 2024.

### ***CAPÍTULO III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO***

3.1. O objeto a ser contratado é a execução de **decoração natalina na fachada do prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral de MS, situado à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande, MS.**

3.1.1. Os serviços serão prestados preferencialmente nos seguintes horários: de segunda-feira à sexta-feira, das 07:00 às 18:00 e sábado, das 07:00 às 12:00.

**3.2. Os serviços compreenderão basicamente: a locação dos materiais, instalação de iluminação decorativa na fachada e árvores em frente ao prédio do TRE/MS, instalação de árvore de natal de aproximadamente 6m de altura e toda estrutura metálica de sustentação necessária para a decoração.**

3.2.1. Todos os materiais e equipamentos empregados na execução dos serviços dever ser de primeira qualidade e serão rejeitados os materiais que não se enquadrarem nas especificações contidas no Projeto Executivo e Memorial Descritivo.

3.3. O Projeto Executivo (Anexo II), 1677053, Memorial Descritivo (Anexo III), 1694332 e Imagens Ilustrativas (Anexo IV) 1677056, 1677058, 1677059, 1677060, 1677062, 1677064, 1677065, 1677067, 1677070 e 1677071 são partes integrantes desta contratação, e deverão ser executadas fielmente conforme sua elaboração.

3.4. A contratada também deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva das instalações enquanto a decoração estiver em funcionamento, nos termos indicados no memorial descritivo.

3.5. Os serviços são considerados comuns de engenharia, conforme dispõe o parágrafo único do art. 6º, XXI, "a" da Lei nº 14.133/2021.

3.6. A contratada deverá elaborar o cronograma de instalação, a ser aprovado pela Fiscalização, para que cumpra fielmente os prazos de instalação e desmontagem da decoração, conforme Item 1.4 deste Termo de Referência.

#### **CAPÍTULO IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **• SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Caso necessário, a contratada poderá subcontratar alguns serviços, desde que representem, no máximo, **40% (quarenta por cento)** do valor total estimado da contratação, sendo vedada a subcontratação dos itens referentes à administração e acompanhamento técnico do serviço.

4.1.1. A anuência para a subcontratação deverá ser previamente solicitada à Fiscalização, que analisará e, entendendo ser possível, autorizará a subcontratação.

##### **• QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DEMAIS DOCUMENTOS.**

4.2. A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica operacional** apresentando a documentação abaixo:

4.2.1) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente;

4.2.2) Apresentação de Certidão de Acervo Operacional (emitido pelo CREA, CAU ou outro conselho profissional competente) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, **em nome da empresa licitante**, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente, de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar (art. 67, II, da Lei 14.133/2021).

4.2.2.1) Entenda-se por serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar, de acordo com a Lei 14.133. Art. 67, II, a **Instalação de Decoração em Fachadas com no mínimo 1.300m de iluminação decorativa.**

4.2.2.1.1) **Para atendimento ao item acima (serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar), serão adotados como parâmetro o quantitativo do serviço desta contratação, conforme estipulado no Memorial Descritivo, respeitando o estabelecido no art. 67, § 1º e § 2º, da Lei 14.133/2021. Para tanto, se admitirá a apresentação de uma Certidão ou Atestado, não se admitindo o somatório de várias serviços independentes, com metragens inferiores, com fim de se alcançar o quantitativo acima apontado.**

4.3. A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica profissional** mediante a apresentação da documentação abaixo:

4.3.1. Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior**, devidamente registrado junto ao CREA, CAU ou

outro conselho profissional competente, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

4.3.1.1. O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de:

4.3.1.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, CAU ou outro conselho profissional competente.

4.3.1.2. A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada com:

4.3.1.2.1. Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

4.3.1.2.2. Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;

4.3.1.2.3. Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

4.3.1.2.4. Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.

4.3.1.3. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA, CAU ou outro conselho profissional competente) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente, de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar.

4.3.1.3.1. Entenda-se por serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar, de acordo com a Lei 14.133. Art. 67, II, a **Instalação de Decoração em Fachadas com no mínimo 1.300m de iluminação decorativa.**

4.3.1.3.1.1. **Para atendimento ao item acima (serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar), serão adotados como parâmetro o quantitativo do serviço desta contratação, conforme estipulado no Memorial Descritivo, respeitando o estabelecido no art. 67, § 1º e § 2º, da Lei 14.133/2021. Para tanto, se admitirá a apresentação de uma Certidão ou Atestado, não se admitindo o somatório de vários serviços independentes, com metragens inferiores, com fim de se alcançar o quantitativo acima apontado.**

#### • GARANTIA

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor da contratação e sua complexidade.

#### • SUSTENTABILIDADE

4.5. Deverá ser observado, no que tange a novos critérios de sustentabilidade o descarte adequado dos resíduos originados, a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos deste Tribunal e das Diretrizes para a destinação de resíduos de obras e reformas e o fornecimento dos equipamentos de segurança para os trabalhadores envolvidos com a prestação dos serviços.

4.6. Os resíduos provenientes da execução do objeto da presente contratação se enquadram como “Resíduos da construção civil”, conforme disposto no inciso I do art. 2º da Resolução CONAMA nº 307/2002 e deverão ser observadas as orientações legais e técnicas contidas nos seguintes dispositivos:

- a) Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010;
- b) Resolução CONSEMA nº 333/2016;
- c) Instrução Normativa nº 01/2010 do extinto MPOG/SLTI;

4.7. A Contratada deverá adotar as seguintes medidas, quanto à sustentabilidade e acessibilidade:

4.7.1. Utilização de andaimes preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;

4.7.2. Os materiais e equipamentos a serem utilizados nos serviços devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;

4.7.3. Uso de lâmpadas de LED de alta eficiência energética, qualidade e durabilidade, e luminárias eficientes;

## **CAPÍTULO V - VISTORIA TÉCNICA**

5.1. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, **sendo recomendada** a vistoria do imóvel do TRE/MS, para que obtenha as informações necessárias para formação da proposta.

5.2. O licitante **poderá** vistoriar o local para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia do **Coordenador de Engenharia ou servidor indicado por ele**;

5.2.1. A visita poderá ser agendada junto à Coordenadoria de Engenharia, através do telefone (67) 2107-7221 ou através do e-mail coeng@tre-ms.jus.br.

5.3. A visita tem como objetivo a análise dos locais em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes. Serão de responsabilidade do CONTRATADO eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais onde serão realizados os serviços.

5.4. Considerar-se-á o CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

## **CAPÍTULO VI - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. Os procedimentos para execução dos serviços serão os seguintes:

**6.1.1. Deverá ser realizada a Reunião Técnica Presencial entre os representantes da contratada e a Fiscalização do TRE/MS, a fim de se realizar o planejamento inicial das atividades. A reunião deverá acontecer no prazo de até 1(uma) semana após a assinatura do contrato onde se definirá a data de início da montagem da decoração.**

**6.1.2. A contratada deverá providenciar todas as atividades necessárias para que a decoração esteja completamente instalada até o dia 30/10/2024, para que se realize os testes de funcionamento da decoração;**

**6.1.3. Em 01/11/2024 o TRE/MS irá iniciar o período de utilização da decoração natalina, que se estenderá até 13/01/2025;**

**6.1.4. A partir de 13/01/2025 a contratada deverá providenciar a desmontagem e transporte de todo os materiais/equipamentos, deixando a fachada do prédio nas mesmas condições anteriores à instalação da decoração. O transporte de todo material/equipamento deverá ser finalizado até 17/01/2025;**

**6.1.5. A Fiscalização dos serviços ficará a cargo da Coordenadoria de Engenharia (COENG), que irá atestar a correta execução, elaborar relatório técnico e fotográfico e solicitar a emissão de Nota Fiscal e documentação para pagamento.**

6.2. O Regime de Execução a ser adotado é **Empreitada por Preço Global**, e será considerado para pagamento o valor constante em contrato.

6.3. No período de instalação e desinstalação da decoração o prédio permanecerá funcionando normalmente no horário oficial de expediente, de segunda à sexta, das 12h às 18h, devendo a contratada dar total condições para que os serviços do Tribunal não sejam interrompidos.

## **Alterações Contratuais**

6.4. Sendo necessária a alteração de contrato, por aumento ou supressão de serviços, bem como alteração nos prazos, deverão ser obedecidos todos os normativos legais, em especial a Lei nº 14.133/2021, Resolução CNJ Nº 114/2010, Decreto 7.983/13 e decisões do Tribunal de Contas da União.

## **CAPÍTULO VII - MODELO DE GESTÃO DO OBJETO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa ao contrato de prestação dos serviços ficarão a cargo de servidores designados pela Diretoria-Geral do TRE/MS.

7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

7.3.3. Será permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar de informações pertinentes à fiscalização dos serviços, conforme Art. 117 da Lei 14.133/2021.

7.4. Após a assinatura do contrato o TRE/MS poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4.1. O TRE/MS poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

7.5.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.5.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.5.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.5.4. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.5.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.5.6. Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.5.7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5.8. Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.5.9. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.5.10. formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.6. É assegurado à Fiscalização o acesso a todas as partes do local de execução das atividades para que proceda a inspeção dos materiais e execução dos serviços. A empresa contratada obriga-se a facilitar a fiscalização, fornecendo todos os elementos necessários.

7.7. A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa contratada.

7.8. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto à regular execução dos serviços.

7.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.9.1. requisitar a Reunião Inicial mediante Ofício;

7.9.2. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.9.3. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## **CAPÍTULO VIII - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos serviços ficarão à cargo da Fiscalização.

8.1.1.1. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8.1. acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1.1.2. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do serviço.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, no projeto executivo, no memorial descritivo e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 1 (um) dia**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade da prestação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificada a conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição dos serviços, quantidade e preços unitário e total.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7.1. O recebimento definitivo pela Administração da decoração natalina não eximirá o contratado, pelo prazo em que as instalações estiverem em funcionamento, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade dos serviços prestados no bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

### **Da emissão da Nota Fiscal/Fatura**

8.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, período e localidade (município) respectivos da execução dos serviços, valores a pagar (material e mão de obra) e valor das retenções tributárias cabíveis, observado o disposto na cláusula 8.12.1.

8.8.1. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

8.9. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal se efetivará mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

8.9.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.10. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.10.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

8.10.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.11. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Prazo de Pagamento**

8.12. Os pagamentos serão efetuados no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura e documentação exigida, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa.

**8.12.1. O valor do serviço será pago em 2 (duas) parcelas, sendo o primeiro pagamento realizado após os testes de funcionamento da decoração e a último após a completa desmontagem e transporte dos materiais/equipamentos, na seguinte proporção:**

8.12.1.1. O valor referente a **85% do valor total da contratação** após os testes de funcionamento da decoração;

8.12.1.2. O valor referente a **15% do valor total de contratação** após a completa desmontagem e transporte dos materiais/equipamentos.

8.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

8.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.16. Para o pagamento das Notas Fiscais/Faturas a Contratada deverá apresentar:

8.16.1. Certidão Negativa de Debitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa);

8.16.2. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

8.16.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante

8.17.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17.2. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17.3. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.18. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

8.19. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, será utilizado, como fator de revisão contratual, a diferença em percentual entre o valor do custo unitário básico do SINAPI do mês de apresentação da proposta e o custo unitário básico do mês da realização da revisão.

8.20. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

## **CAPÍTULO IX - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção de critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

9.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

9.3. Após esta análise preliminar, estando o serviço/material, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

### **Regime de Execução**

9.4. O regime da contratação será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica operacional** apresentando a documentação abaixo:

e.1) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente;

e.2) Apresentação de Certidão de Acervo Operacional (emitido pelo CREA, CAU ou outro conselho profissional competente) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, **em nome da empresa licitante**, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente, de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar (art. 67, II, da Lei 14.133/2021).

e.2.1) Entenda-se por serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar, de acordo com a Lei 14.133. Art. 67, II, **a Instalação de Decoração em Fachadas com no mínimo 1.300m de iluminação decorativa.**

e.2.1.1) **Para atendimento ao item acima (serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar), serão adotados como parâmetro o quantitativo do serviço desta contratação, conforme estipulado no Memorial Descritivo, respeitando o estabelecido no**

art. 67, § 1º e § 2º, da Lei 14.133/2021. **Para tanto, se admitirá a apresentação de uma Certidão ou Atestado, não se admitindo o somatório de várias serviços independentes, com metragens inferiores, com fim de se alcançar o quantitativo acima apontado.**

f) A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica profissional** mediante a apresentação da documentação abaixo:

f.1. Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior**, devidamente registrado junto ao CREA, CAU ou outro conselho profissional competente, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

f.1.1. O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de:

f.1.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, CAU ou outro conselho profissional competente.

f.2. A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada com:

f.2.1. Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

f.2.2. Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;

f.2.3. Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

f.2.4. Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.

f.3. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA, CAU ou outro conselho profissional competente) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente, de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar.

f.3.1. Entenda-se por serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar, de acordo com a Lei 14.133. Art. 67, II, **a Instalação de Decoração em Fachadas com no mínimo 1.300m de iluminação decorativa.**

f.3.1.1. **Para atendimento ao item acima (serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar), serão adotados como parâmetro o quantitativo do serviço desta contratação, conforme estipulado no Memorial Descritivo, respeitando o estabelecido no art. 67, § 1º e § 2º, da Lei 14.133/2021. Para tanto, se admitirá a apresentação de uma Certidão ou Atestado, não se admitindo o somatório de várias serviços independentes, com metragens inferiores, com fim de se alcançar o quantitativo acima apontado.**

## **CAPÍTULO X - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R \$ 101.666,67 (cento e um mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

## **CAPÍTULO XI - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 14112;

11.2.2. Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

11.2.3. Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;

11.2.4. Elemento de Despesa: 3390.39.15;

11.2.5. Plano Interno: ADM EVENTO

## **CAPÍTULO XII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo V - Termo de Contrato Administrativo.

## **CAPÍTULO XIII- DA SEGURANÇA DOS TRABALHOS.**

13.1. Deverão ser observadas em todo o período de execução do contrato as normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial: NR 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, NR 35 - Trabalho em Altura, bem como a NBR 12.284 - Áreas de Vivência no Canteiro de Obras, referentes à segurança do trabalho em obras de construção.

13.2. São obrigações da contratada: fornecer os EPIs-Equipamentos de Proteção Individual (capacete, botina, luvas, cintos de segurança, óculos de proteção, entre outros de acordo com os serviços em execução) e cobrar sua utilização pelos seus operários, e ainda, oferecer treinamento, fornecer ambientes seguro (EPC-Equipamentos de Proteção Coletiva) e estimular o comportamento seguro, de forma a evitar acidentes de trabalho.

13.3. O fornecimento dos EPI e EPC e a utilização pelos operários são de inteira responsabilidade da contratada e seu responsável técnico.

## **CAPÍTULO XIV - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

14.1. Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas necessárias para o perfeito desenvolvimento das atividades descritas neste Termo de Referência.

14.2. Efetuar o pagamento dos serviços após a apresentação da competente Nota Fiscal e demais documentos.

14.3. Pagar os tributos e taxas cobrados pelos órgãos de controle (Prefeitura, Bombeiros, etc.), inerentes ao serviço, se houver, e que forem de titularidade da contratante.

14.4. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

14.5. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

14.6. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

14.7. Colocar à disposição da empresa todas as informações necessárias à prestação dos serviços.

14.8. Conferir o material fornecido e os serviços prestados, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos materiais de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## **CAPÍTULO XV - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

15.1. O responsável técnico pelo serviço descrito neste Termo de Referência deverá gerenciar toda a parte técnica, primando sempre pela correta execução, devendo orientar, corrigir e autorizar as atividades, respeitando sempre as normas vigentes, admitindo-se sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização.

15.2. Fazer-se representar perante a Fiscalização exclusivamente por responsável técnico, devidamente habilitado, devendo todos os assuntos inerentes às atividades (medições, detalhes de projetos, etc.) serem realizados e discutidos com a fiscalização através de técnico indicado pela Contratada.

15.2.1. Manter no local do serviço responsável técnico, devidamente habilitado, que assuma, perante a Fiscalização, a responsabilidade técnica por todos os serviços até o seu recebimento definitivo e que detenha poderes suficientes para deliberar sobre qualquer questão referente às atividades.

15.3. Toda e qualquer solicitação/informação da Contratada ao Contratante, só produzirá seus efeitos legais quando assinada pelo responsável técnico, devidamente habilitado.

15.4. Em hipótese alguma será admitida a substituição do responsável técnico, devidamente habilitado, por pessoa leiga, ainda que seja o proprietário da empresa, devendo, no caso de sua saída, substituí-lo por outro que contenha os pré-requisitos exigidos neste Termo de Referência.

15.5. Executar os serviços na forma determinada neste Termo de Referência, no projeto executivo e no memorial descritivo, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Fiscalização.

15.6. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços ou Ofícios, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização das atividades.

15.7. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal, seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

15.8. Responsabilizar-se perante seus funcionários e terceirizados por todas as despesas inerentes aos contratos de trabalhos ou de prestação de serviços, como por exemplo: salários, encargos sociais, trabalhistas, seguro-acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas, e ainda, pelas despesas perante seus fornecedores decorrentes da execução das atividades.

15.9. Aplicar materiais de primeira qualidade, conforme especificado no Projeto Executivo e Memorial Descritivo.

15.10. Contratar mão de obra altamente especializada para a execução dos serviços, de forma a garantir a qualidade e manter no local das atividades, operários de diversas especialidades e número suficiente que garanta o ritmo ideal do serviço, de forma que todas as etapas sejam cumpridas dentro do prazo, e, por conseguinte, a entrega no prazo.

15.11. Retirar imediatamente após receber o Ofício, todo o material rejeitado pela Fiscalização e corrigir, reconstruir, substituir ou desmanchar e refazer, às suas expensas, os serviços não aceitos e/ou serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados.

15.12. Comunicar à Fiscalização qualquer substituição que porventura venha ocorrer em sua equipe técnica, devendo o novo responsável técnico, devidamente habilitado, contratado ter os pré-requisitos solicitados quando da licitação.

15.13. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução das atividades, em conformidade com as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente e cumprir as disposições nelas previstas acerca de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho, responsabilizando-se perante o contratante e a terceiros por danos causados.

15.14. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação dos serviços, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

15.15. Manter, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de Habilitação da licitação.

15.16. Remover o entulho e todos os materiais que sobraem, promovendo a limpeza das atividades periodicamente.

15.17. Retirar do local das atividades imediatamente, após o recebimento de Ofício, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil para com a Fiscalização.

15.18. Fornecer e conservar pelo período que for necessário, equipamento mecânico e ferramental adequado e contratar mão-de-obra idônea e especializada, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, encarregados e responsável técnico que possam assegurar o progresso satisfatório das atividades.

15.19. Fornecer todo material, equipamento, mão-de-obra, assim como responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes da realização das atividades, causados ao Contratante ou a terceiros.

15.20. É vedado à Contratada interromper unilateralmente os serviços sob alegação de inadimplemento por parte da contratante se o prazo de atraso do pagamento for inferior a 2 meses (art. 137, § 2º, IV, da Lei nº 14.133/2021)

15.21. Se solicitado pela Fiscalização, fornecer planilha de programação das compras dos materiais para os serviços (obedecer ao andamento dos serviços previsto no prazo estipulado).

15.22. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

15.23. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

15.23.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);

15.24. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

15.25. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

15.26. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

**Engº Civil DIOGO CAMPOS DOS ANJOS**  
**CREA/MS 11.015D**  
**COORDENADOR DE ENGENHARIA**  
**INTEGRANTE DEMANDANTE/TÉCNICO**

**SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS**  
**INTEGRANTE ADMINISTRATIVO**



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 21/08/2024, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO CAMPOS DOS ANJOS, Coordenador(a)**, em 21/08/2024, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1700418** e o código CRC **53B2498B**.



0003853-94.2024.6.12.8000

1700418v2